



QREN (2007-2013)

PARTE I - ESTRUTURA DO QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO NACIONAL

O Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), que define as orientações fundamentais para a utilização nacional dos fundos comunitários com carácter estrutural no período 2007 -2013 e para a estruturação dos programas operacionais temáticos e regionais, assume como grande desígnio a qualificação, valorizando o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação, bem como a promoção de níveis elevados e sustentados de desenvolvimento económico e sócio -cultural e de qualificação territorial.

Promovendo um modelo de crescimento baseado na inovação e no crescimento, foram estabelecidas cinco prioridades estratégicas e cinco princípios orientadores:

a) Promover a qualificação, desenvolvendo e estimulando o conhecimento, a ciência, a tecnologia, a inovação, a educação e a cultura como principal garantia do desenvolvimento do País e do aumento da sua competitividade;

b) Promover o crescimento sustentado através, especialmente, dos objectivos do aumento da competitividade dos territórios e das empresas, da redução dos custos públicos de contexto, incluindo os da administração da justiça, da qualificação do emprego e da melhoria da produtividade e da atracção e estímulo ao investimento empresarial qualificante;

c) Garantir a coesão social actuando, em particular, nos objectivos do aumento do emprego e do reforço da empregabilidade e do empreendedorismo, da melhoria da qualificação escolar e profissional, do estímulo às dinâmicas culturais, e assegurando a inclusão social, nomeadamente desenvolvendo o carácter inclusivo do mercado de trabalho, promovendo a igualdade de oportunidades para todos e a igualdade de género, bem como práticas de cidadania inclusiva, reabilitação e reinserção social, conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal e a valorização da saúde como factor de produtividade e medida de inclusão social;

d) Assegurar a qualificação do território e das cidades traduzida, em especial, nos objectivos de assegurar ganhos ambientais, promover um melhor ordenamento do território, estimular a descentralização regional da actividade científica e tecnológica, prevenir riscos naturais e tecnológicos e, ainda, melhorar a conectividade do território e consolidar o reforço do sistema urbano, tendo presente a redução das assimetrias regionais de desenvolvimento;

e) Aumentar a eficiência da governação, privilegiando, os objectivos de modernização das instituições públicas e a eficiência e qualidade dos grandes sistemas sociais e colectivos.

Os princípios orientadores do QREN e dos programas operacionais são os seguintes¹:

¹ Leituras recomendadas:

Os PO na definição de medidas fizeram uma articulação directa com instrumentos e/ou políticas públicas já existentes, em particular:
Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS),



- a) A concentração das intervenções, dos recursos e das tipologias de acção, especialmente prosseguida através da consagração de um número reduzido de programas operacionais temáticos e de uma estruturação temática dos programas operacionais regionais, que propiciam o estabelecimento de sinergias e complementaridades entre instrumentos de política pública, e, bem assim, de lógicas de atribuição de recursos e de priorização de domínios de actuação directamente associadas às prioridades estratégicas a prosseguir;
- b) A selectividade e a focalização dos investimentos e acções de desenvolvimento, a concretizar pela utilização de critérios rigorosos de selecção e de hierarquização de candidaturas que efectivamente contribuam para a prossecução da estratégia de desenvolvimento adoptada;
- c) A viabilidade económica e a sustentabilidade financeira das actuações dirigidas à satisfação do interesse público, através da consideração dos respectivos efeitos sobre a despesa pública actual e futura;
- d) A coesão e a valorização territoriais que potenciem os factores de progresso económico, sócio-cultural e ambiental de cada região e as suas diversificadas potencialidades de desenvolvimento, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e regionalmente equilibrado do País;
- e) A gestão e monitorização estratégica das intervenções, que garanta a prossecução eficiente e eficaz do desígnio e da orientação estratégica definidos e propicie condições para que a selecção de candidaturas aos programas operacionais tome em particular atenção os seus contributos para a prossecução das metas e prioridades estratégicas estabelecidas.

Plano Nacional de Acção para o Crescimento e Emprego (PNACE),
Plano Nacional de Emprego (PNE), Iniciativa Novas Oportunidades, Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE),
Plano Nacional de Acção para a Inclusão,
Plano Nacional para a Igualdade (PNI),
Plano Nacional para a Integração das Pessoas com Deficiências ou Incapacidade,
Plano Tecnológico
Programa de Simplificação Administrativa e Legislativa (SIMPLEX) e
Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT);
DL 312_2007 de 17 de SET - QREN



PARTE III - PROGRAMAS OPERACIONAIS (PO)

Deixam de existir PO (Programas Operacionais) para sectores específicos (eram 12) passando a existir apenas 3 PO Temáticos. Os PO que integram o QREN têm natureza temática, regional, de assistência técnica e de cooperação Territorial sendo que, as prioridades estratégicas e os princípios orientadores do QREN (ver supra) são prosseguidos em todos eles.

Os PO temáticos e respectivas autoridades de gestão, são:

a) PO Potencial Humano, co-financiado pelo FSE, com incidência territorial correspondente ao território continental, autoridade de gestão. Autoridade de gestão do PO potencial humano PO Educação (PRODEP), Emprego, Formação e Desenvolvimento Social (POEFDS) e Modernização da Administração Pública (POAP);

b) PO Factores de Competitividade, co-financiado pelo FEDER, com incidência territorial nas regiões correspondentes a unidades do nível II da Nomenclatura das Unidades Territoriais Estatísticas (NUTS) Norte, Centro e Alentejo, autoridade de gestão PO Ciência e Inovação 2010 (POCI), Sociedade do Conhecimento (POSC) e Economia (PRIME);

c) PO Valorização do Território, co-financiado pelo FEDER e pelo FC com incidência territorial nas regiões correspondentes a unidades do nível II da NUTS Norte, Centro e Alentejo no que respeita às operações co-financiadas pelo FEDER, e com incidência territorial nacional no que se refere às operações co-financiadas pelo FC. Autoridade de gestão PO Saúde XXI (POS), Cultura (POC), Acessibilidades e Transportes (POAT) e Ambiente (POA);

Os PO regionais do continente, cujo co-financiamento comunitário é assegurado pelo FEDER, tendo como autoridades de gestão dos PO regionais do continente PO regional equivalente do QCA III, são:

a) Norte, com incidência territorial na região correspondente ao nível II da NUTS Norte;

b) Centro, com incidência territorial na região correspondente ao nível II da NUTS Centro;

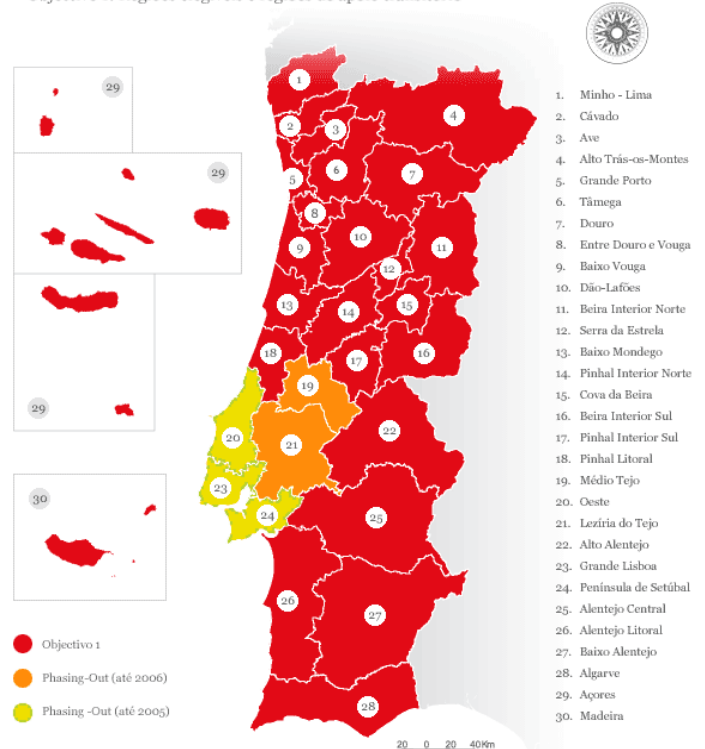
c) Lisboa, com incidência territorial na região correspondente ao nível II da NUTS Lisboa;

d) Alentejo, com incidência territorial na região correspondente ao nível II da NUTS Alentejo;

e) Algarve, com incidência territorial na região correspondente ao nível II da NUTS Algarve.

Política de coesão UE (2000 - 2006)

Objectivo 1: Regiões elegíveis e regiões de apoio transitório

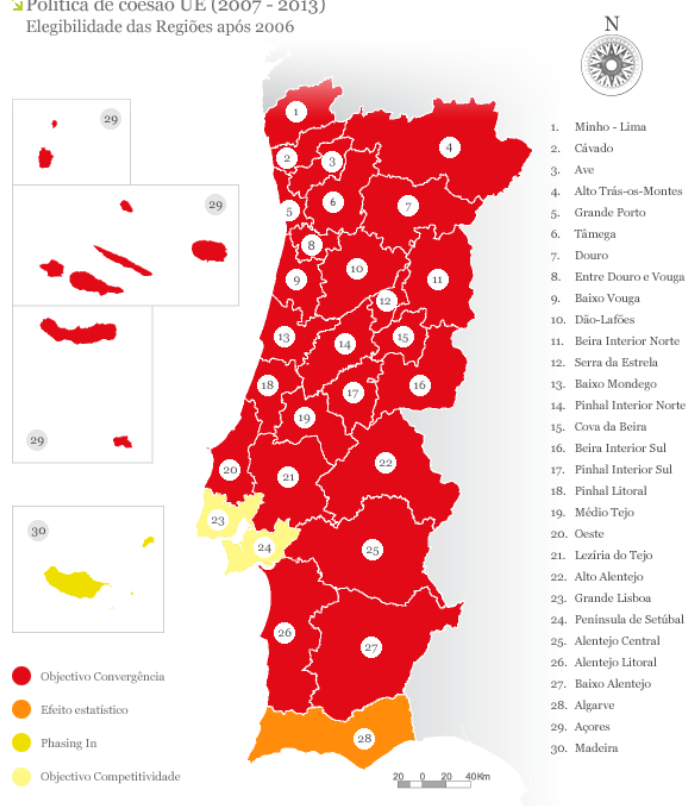




Destaca-se que, as regiões Norte, Centro e Alentejo e a região autónoma dos Açores são integrados no Objectivo convergência, a Região do Algarve é enquadrada no regime transitório do Objectivo Convergência, designado Phasing Out Estatístico; A região de Lisboa integra o Objectivo Competitividade Regional e Emprego; e, por fim, A Região Autónoma da Madeira é integrada no regime transitório do Objectivo Competitividade Regional e Emprego, designado Phasing In.

Os PO das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, cujo co-financiamento é assegurado, em cada uma dessas regiões, pelo FEDER e pelo FSE, têm incidência territorial nas regiões correspondentes ao nível II de cada uma das NUTS Açores e Madeira, respectivamente. As autoridades de gestão do PO da Região Autónoma dos Açores co-financiado pelo FEDER — PO de Desenvolvimento Económico e Social dos Açores (PRODESA) e PO Plurifundos da Região Autónoma da Madeira (POPRAM III), respectivamente;

Política de coesão UE (2007 - 2013)
Elegibilidade das Regiões após 2006



O QREN integra dois PO de assistência técnica, co-financiados respectivamente pelo FEDER e pelo FSE, com incidência territorial nacional. Cujas autoridades de gestão do PO de assistência técnica co-financiado pelo FEDER, PO de assistência técnica ao QCAIII (POATQCA).

Os PO de cooperação territorial são co-financiados pelo FEDER e têm a incidência transfronteiriça, transnacional e inter-regional especificada em cada um deles.

Competirá às comissões ministeriais de coordenação dos respectivos PO, proceder à elaboração e aprovação dos regulamentos relativos a cada tipologia de investimentos ou de acções susceptível de financiamento pelos PO

Cada PO terá um normativo específico, no qual definirá:

- Tipo e natureza das operações susceptíveis de financiamento pelos PO;
- Entidades beneficiárias;
- Condições de aceitabilidade ou admissibilidade dos beneficiários e das operações;
- Despesas elegíveis para financiamento pelos PO e despesas não elegíveis;
- Critérios de selecção das operações;
- Descrição dos processos de apresentação das candidaturas, de verificação das condições de aceitabilidade, da apreciação de mérito, da decisão de financiamento, da contratação do financiamento, do acompanhamento da execução das operações financiadas e do respectivo controlo, apresentando um fluxograma destes processos que identifique os órgãos e entidades responsáveis e os prazos máximos de cada fase;
- Taxas máximas de financiamento das despesas elegíveis;
- Obrigações dos beneficiários das operações.



PARTE III - FICHAS RESUMO TEMÁTICAS DOS PO

PO - FACTORES DE COMPETITIVIDADE

No Programa Operacional Factores de Competitividade identificam-se seis Eixos Prioritários:

- Eixo I - Conhecimento e Desenvolvimento Tecnológico
- Eixo II - Inovação e Renovação do Modelo Empresarial e do Padrão de Especialização
- Eixo III - Financiamento e Partilha de Risco da Inovação
- Eixo IV - Uma Administração Pública Eficiente e de Qualidade
- Eixo V - Redes e Acções Colectivas de Desenvolvimento Empresarial
- Eixo VI - Acções Inovadores e Assistência Técnica



PROGRAMA OPERACIONAL TEMÁTICO FACTORES DE COMPETITIVIDADE

EIXO I - CONHECIMENTO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

Visa actuar de forma integrada, envolvendo diferentes instrumentos de acção, sobre o Sistema Científico e Tecnológico Nacional, especialmente no que diz respeito ao reforço e desenvolvimento das suas capacidade intrínsecas e de difusão do conhecimento e da inovação na globalidade da economia e sociedade.

Objectivos	Prioridades	Tipologias de intervenção
<p>□ Intensificar o esforço de I&D e a criação de novos conhecimentos.</p> <p>Intensificar o esforço de I&DT empresarial e a articulação entre empresas e centros de saber, acelerando a difusão, transferência e utilização de tecnologias, conhecimentos e resultados I &DT por parte das empresas.</p>	<p>Apoiar o reforço das competências das Instituições científica e tecnológica</p> <p>Apoiar projectos de I&DT nas empresas ou em consórcio</p> <p>Cursos de Educação e Formação</p> <p>Estimular o desenvolvimento de projectos de investigação colectiva</p> <p>Apoiar a demonstração, experimentação tecnológica, a disseminação e a transferência de tecnologia para empresas</p> <p>Apoiar a criação de núcleos de I&DT nas empresas</p> <p>Dinamizar a procura tecnológica</p> <p>Estimular o uso da propriedade industrial</p> <p>Estimular o acesso em projectos do 7.º PQ de I&DT e outros programas comunitários</p>	<p>□ Sistema de incentivos a empresas.</p> <p>□ Linhas de apoio às Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional.</p>



PROGRAMA OPERACIONAL TEMÁTICO FACTORES DE COMPETITIVIDADE

EIXO II - INOVAÇÃO E RENOVAÇÃO DO MODELO EMPRESARIAL E DO PADRÃO DE ESPECIALIZAÇÃO

Concentra a sua actuação ao nível dos sistemas de incentivos às empresas, atribuindo-se um claro enfoque à viabilização de um vasto conjunto de ajustamentos de natureza estrutural nas empresas (qualificação, diferenciação, diversificação e inovação na produção de bens e serviços transaccionáveis), no quadro de fileiras produtivas e de cadeias de valor mais alargadas e geradoras de maior valor acrescentado.

Objectivos	Prioridades	Tipologias de intervenção
<ul style="list-style-type: none"> ▫ Promover a inovação no tecido empresarial ▫ Reforçar a orientação das empresas para mercados. Internacionais ▫ Incentivar o empreendedorismo qualificado. ▫ Incentivar o investimento estruturante de grande dimensão em novas áreas com potencial crescimento. ▫ Promover a produtividade através da qualificação das PME. 	<p>Conhecimento e inovação:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▫ Incentivos ao investimento de inovação, com enfoque privilegiado no Incentivo a projectos de investimento com forte intensidade inovadora. ▫ Fomento do empreendedorismo qualificado, nomeadamente o empreendedorismo feminino. ▫ Favorecimento da utilização por PME de factores de competitividade de natureza mais material, ex: certificação de sistemas de qualidade, ambiente (adesão das empresas a SGA3). <p>Estratégias de eficiência colectiva:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▫ Promoção do desenvolvimento a nível nacional ou territorial de Pólos de Competitividade e Tecnologia. ▫ Desenvolvimento de actividades em <i>clusters</i> ou de outras estratégias. ▫ Criação de dinâmicas regionais de novos pólos de desenvolvimento. ▫ Dinamização da renovação económica urbana 	<ul style="list-style-type: none"> ▫ Projectos de investimento produtivo de inovação (incluindo o investimento estruturante) e empreendedorismo qualificado e utilização de factores imateriais de competitividade. ▫ Projectos correspondentes às prioridades horizontais sustentadas em estratégias de eficiência colectiva.



PROGRAMA OPERACIONAL TEMÁTICO FACTORES DE COMPETITIVIDADE

EIXO III - FINANCIAMENTO E PARTILHA DE RISCO DA INOVAÇÃO

Este Eixo visa impulsionar a disseminação de instrumentos alternativos de financiamento, de que é exemplo o capital de risco, que, melhor dotados para minimizar as assimetrias de informação características de projectos com um forte cariz de inovação, poderão assegurar com mais eficácia o seu financiamento. Tem igualmente como objectivo intervir na vertente da facilitação do acesso ao crédito por parte das PME, nomeadamente as geridas por mulheres, tendo presente o impacto expectável da implementação das regras previstas no acordo Basileia II ao determinar capitais próprios mínimos para as instituições financeiras, que por certo conduzirá a políticas mais restritivas por parte do sistema bancário, dirigidas às empresas de menor dimensão.

Objectivos	Tipologias de intervenção
<ul style="list-style-type: none">▫ Estimular a intervenção do capital de risco▫ Consolidar o sistema de garantia mútua▫ Dinamizar a utilização de novos instrumentos de financiamento a PME▫ Apoiar o financiamento da inovação numa perspectiva integrada (capital e dívida)▫ Incrementar o empreendedorismo feminino	<ul style="list-style-type: none">▫ Maior disponibilidade do capital de risco para o investimento em projectos inovadores e apoio às fases iniciais do ciclo de vida das PME▫ Promover o alargamento do sistema de garantia mútua às empresas e projectos▫ Promover a realização de operações de garantia de programas de titularização de créditos a PME▫ Privilegiar, junto dos operadores de mercado, uma abordagem integrada de financiamento dos projectos que combine capital e dívida de forma adequada ao seu ciclo de desenvolvimento.



PROGRAMA OPERACIONAL TEMÁTICO FACTORES DE COMPETITIVIDADE

EIXO IV - UMA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EFICIENTE E DE QUALIDADE

Apoiar o processo de reforma e modernização da Administração Pública em curso assenta num modelo de serviço público centrado nos cidadãos e nas empresas, visando criar uma Administração Pública mais eficiente e eficaz, com vantagens para os cidadãos e agentes económicos.

Objectivos	Prioridades	Tipologias de intervenção
<ul style="list-style-type: none">▫ Aumentar a eficácia e a eficiência da actividade administrativa.▫ Reduzir os “custos públicos de contexto”.▫ Promover o uso intensivo das tecnologias de informação e comunicação.▫ Qualificar a prestação do serviço público.	<ul style="list-style-type: none">▫ Aproveitamento das sinergias entre os serviços públicos para a qualificação e simplificação do atendimento aos cidadãos e empresas▫ Racionalização dos modelos de organização e gestão da AP e simplificação de processos▫ Criação de uma infra-estrutura tecnológica, de comunicações e de sistemas de informação na AP▫ Formação dos funcionários da AP em áreas associadas a projectos de modernização	<ul style="list-style-type: none">▫ Simplificação processual/organizacional▫ Reformulação e avaliação do modelo de distribuição de serviços públicos▫ Expansão de balcões integrados e especializados de atendimento▫ Criação de sistemas de informação integrados▫ Disponibilização de serviços ou produtos da AP por meios não presenciais▫ Instrumentos de gestão e monitorização do território, das infra-estruturas e equipamentos colectivos



PROGRAMA OPERACIONAL TEMÁTICO FACTORES DE COMPETITIVIDADE

EIXO V - REDES E ACÇÕES COLECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

Congrega um conjunto de instrumentos de apoios indirectos à competitividade da economia, sendo constituído por acções de promoção de factores de competitividade de finalidade colectiva. Para serem considerados como “acções colectivas” devem ser determinadas as condições:

- Serem promovidas por instituições públicas ou por entidades privadas sem finalidade lucrativa, nomeadamente as referentes ao empreendedorismo feminino (ex: associações empresariais);
- Quando as acções envolvam empresas como alvo da acção, estas devem ser em número significativo e independentes entre elas e não beneficiarem de nenhum apoio financeiro directo;
- Os resultados da acção não poderão ser objecto de apropriação privada, devendo, ao contrário, serem os mesmos obrigatoriamente alvos de divulgação, disseminação ou demonstração pública, garantindo-se o acesso universal.

Objectivos	Tipologias de intervenção
<ul style="list-style-type: none">▫ Favorecer e acelerar a alteração do perfil de especialização da economia, desenvolvendo estratégias de criação de novos pólos de crescimento▫ Reforçar a oferta de serviços às empresas▫ Promover a formação de redes e de outras formas de parcerias e cooperação	<ul style="list-style-type: none">▫ Divulgação de conhecimentos - potenciar o espírito empresarial e uma maior articulação entre “universidades”, “infra-estruturas de suporte às empresas” e “PME”▫ Redução da informação imperfeita - potenciar o acesso à informação e ao conhecimento de mercados por parte das PME▫ Coordenação - estimular a cooperação e fomentar o funcionamento em rede a nível empresarial



PROGRAMA OPERACIONAL TEMÁTICO FACTORES DE COMPETITIVIDADE

EIXO VI - ACÇÕES INOVADORAS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Este Eixo enquadra a Assistência Técnica ao Programa, destinada ao financiamento das actividades de preparação, de gestão, de controlo, de acompanhamento, de avaliação, de informação e de disseminação, bem como as actividades destinadas a reforçar a capacidade administrativa e técnica para a sua execução.

Também integra, do desenvolvimento de projectos-piloto que constituam acções inovadoras em matéria de política pública, constituindo espaços de aprendizagem e de teste a novas abordagens que conduzam a uma melhor concretização dos objectivos do Programa.

Objectivos	Tipologias de intervenção
<ul style="list-style-type: none">▫ Dinamizar, gerir e implementar de forma eficaz e eficiente o Programa Operacional ▫ Desenvolver acções inovadoras de teste a novas abordagens de política pública de estímulo ao desenvolvimento empresarial e da inovação	<p>Ao nível da Assistência Técnica:</p> <ul style="list-style-type: none">Criação e funcionamento de estruturas de apoio técnico. ▫ Informação, divulgação e publicitação do Programa ▫ Auditorias e acções de controlo. ▫ Acompanhamento da execução do Programa e dos projectos aprovados ▫ Estudos de avaliação globais e específicos ▫ Estudos e análises da implementação do Programa <p>Ao nível das Acções Inovadoras:</p> <ul style="list-style-type: none">▫ Actividades de <i>benchmarking</i> ▫ Projectos-piloto de experimentação de novas metodologias de implementação em áreas críticas do Programa



PO - POTENCIAL HUMANO

No Programa Operacional Potencial Humano identificam-se dez Eixos Prioritários:

- Eixo I - **Qualificação Inicial**
- Eixo II - **Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida**
- Eixo III - **Gestão e Aperfeiçoamento Profissional**
- Eixo IV - **Formação Avançada**
- Eixo V - **Apoio ao Empreendedorismo e à Transição para a Vida Activa**
- Eixo VI - **Cidadania, Inclusão e Desenvolvimento Social**
- Eixo VII - **Igualdade de Género**
- Eixo VIII - **Algarve** e Eixo IX - **Lisboa**
- Eixo X - **Assistência Técnica**



PROGRAMA OPERACIONAL TEMÁTICO POTENCIAL HUMANO

EIXO I - QUALIFICAÇÃO INICIAL

O Eixo de intervenção Qualificação Inicial tem como objectivo genérico elevar a qualificação dos jovens, promovendo a sua empregabilidade e a adequação das suas qualificações às necessidades de desenvolvimento sustentado, de aumento da competitividade e de coesão social da economia portuguesa. A intervenção assume uma articulação directa com os objectivos e a estratégia da **Iniciativa Novas Oportunidades** ao nível da qualificação de jovens, distinguindo a opção de fazer do 12º ano o referencial mínimo de escolaridade para todos e de assegurar que as ofertas profissionalizantes de dupla certificação passem a representar metade das vagas em cursos de educação e de formação que permitam a conclusão do secundário

Objectivos	Tipologias de Intervenção
<p>Combater o insucesso e o abandono escolar precoce e prevenir a entrada de jovens com baixas qualificações no mercado de trabalho</p>	<ul style="list-style-type: none">▫ Cursos de Aprendizagem▫ Cursos Profissionais
<p>Promover o nível secundário como patamar mínimo de qualificação para os jovens</p>	<ul style="list-style-type: none">▫ Cursos de Educação e Formação
<p>Promover ofertas de formação de dupla certificação integrando os objectivos de qualificação e inserção profissional e/ ou prosseguimento de estudos</p>	<ul style="list-style-type: none">▫ Cursos de Especialização Tecnológica
<p>Valorizar o ensino pós-secundário não superior e a qualificação de nível 4</p>	<ul style="list-style-type: none">▫ Apoio ao reequipamento dos estabelecimentos de ensino e formação
<p>Promover a empregabilidade dos jovens</p>	
<ul style="list-style-type: none">▫ Incrementar a Igualdade de Oportunidades entre ambos os sexos	



PROGRAMA OPERACIONAL TEMÁTICO POTENCIAL HUMANO

EIXO II - ADAPTABILIDADE E APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA

O Eixo 2 tem como principal objectivo, o reforço da qualificação da população adulta activa - empregada e desempregada. Este Eixo tem, igualmente, como objectivos o desenvolvimento de competências críticas à modernização económica e empresarial, bem como contribuir para a adaptabilidade dos trabalhadores.

Tal como o Eixo 1 - Qualificação Inicial - também este Eixo se insere na estratégia delineada no quadro da Iniciativa Novas Oportunidades que expressa a ambição de possibilitar aos adultos que já estão no mercado de trabalho sem terem completado o 12º ano de escolaridade uma nova oportunidade. Deste modo, as intervenções previstas neste Eixo visam responder a este desafio de qualificação, num contexto de aprendizagem ao longo da vida, promovendo a empregabilidade dos indivíduos menos qualificados, reforçar a sua auto-estima e justiça social, e de igual modo, contribuir para o regresso em processos de aprendizagem de natureza formal.

Objectivos	Tipologias de Intervenção
<ul style="list-style-type: none">▫ Elevar os níveis de qualificação dos activos - empregados e desempregados - assumindo o nível secundário como referencial de qualificação ▫ Alargar as possibilidades de acesso à formação por parte dos activos empregados, através da modulação e do ajustamento das ofertas ▫ Garantir a capitalização das formações de curta duração, com vista à obtenção de uma qualificação correspondente a uma determinada saída profissional ▫ Expandir e consolidar o sistema de reconhecimento, validação e certificação de competências ▫ Diversificar as oportunidades de aprendizagem e de desenvolvimento de novas metodologias para a aprendizagem ao longo da vida ▫ Incrementar a Igualdade de Oportunidades entre ambos os sexos	<ul style="list-style-type: none">▫ Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências ▫ Formações Modulares Certificadas (Catálogo Nacional de Qualificações) ▫ Cursos de Educação e Formação de Adultos ▫ Apoio ao reequipamento e consolidação da rede de centros de formação



PROGRAMA OPERACIONAL TEMÁTICO POTENCIAL HUMANO

EIXO III - GESTÃO E APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL

Este Eixo de intervenção tem como objectivo o desenvolvimento de um conjunto de formações associadas a processos de modernização organizacional que contemplem a promoção da capacidade de inovação, gestão e modernização das empresas e outras organizações, nomeadamente a administração pública, enquanto condição fundamental de modernização do tecido produtivo, da melhoria da qualidade do emprego e do aumento da competitividade.

Objectivos	Tipologias de Intervenção
<ul style="list-style-type: none">▫ Apoiar processos de modernização e inovação organizacional através da formação dos activos em competências especializadas▫ Apoiar a modernização de micro, pequenas e médias empresas e outras organizações, através de modelos que associam a identificação da trajectória de modernização, as necessidades de formação e a programação das ofertas formativas▫ Aumentar a participação dos trabalhadores e empresários das micro e PME em acções de formação, utilizando mecanismos de maior flexibilidade e proximidade, de forma a melhorar o desempenho deste importante segmento de empresas, contribuindo para o desenvolvimento económico e para a criação de emprego mais qualificado▫ Apoiar formações estratégicas para a gestão e a inovação na Administração Pública, em domínios em que as instituições não tenham capacidades formativas internas e não seja possível mobilizá-la noutros organismos da Administração▫ Desenvolver os objectivos referenciados numa perspectiva transversal de valorização e promoção dos factores de realização da igualdade entre homens e mulheres	<ul style="list-style-type: none">▫ Formação para a inovação e gestão▫ Modelo de formação-consultoria PME▫ Modelo de formação-consultoria micro e pequenas empresas▫ Formação estratégicas para a gestão e inovação na Administração Pública



PROGRAMA OPERACIONAL TEMÁTICO POTENCIAL HUMANO

EIXO IV - FORMAÇÃO AVANÇADA

As acções integradas neste Eixo visam a superação do atraso científico e tecnológico português, como condição essencial ao progresso económico e social, pela aposta no conhecimento e na competência científica e técnica, bem como na elevação dos níveis de qualificação e de desempenho dos quadros superiores e dirigentes das empresas e das instituições públicas, promovendo a convergência das qualificações científicas dos recursos humanos em Portugal para os níveis que se observam na generalidades dos países da União Europeia, em particular no que respeita à formação pós-graduada.

Objectivos	Tipologias de Intervenção
<ul style="list-style-type: none">▫ Aumentar o investimento público em Investigação Científica ▫ Aumentar o número de investigadores e o emprego científico ▫ Aumentar o número de doutoramentos e pós-doutoramentos ▫ Aumentar o número de diplomados do ensino superior	<ul style="list-style-type: none">▫ Programas e bolsas de mestrado, de doutoramento e de pós-doutoramento e de integração na investigação ▫ Promoção do emprego científico, nomeadamente através de Contratos-programa, com instituições científicas, públicas ou privadas e programas de inserção de recursos humanos qualificados em ciência e tecnologia em empresas, instituições públicas e instituições de I&D ▫ Programas de apoio ao alargamento da base social do ensino superior e à mobilidade internacional



PROGRAMA OPERACIONAL TEMÁTICO POTENCIAL HUMANO

EIXO V - APOIO AO EMPREENDEDORISMO E À TRANSIÇÃO PARA A VIDA ACTIVA

Este Eixo de intervenção compreende diferentes instrumentos que visam promover o nível, a qualidade e a mobilidade do emprego, privado e público, nomeadamente, através do incentivo ao espírito empresarial, do apoio à integração no mercado de trabalho de desempregados, do apoio à transição de jovens para a vida activa e do incentivo à mobilidade. As medidas nele incluídas promovem, igualmente, a coesão social, reduzindo o desemprego e prevenindo o desemprego de longa duração e o sub-emprego.

Objectivos	Tipologias de Intervenção
<ul style="list-style-type: none">▫ Apoiar a criação de emprego e o empreendedorismo ▫ Apoiar projectos de criação de novas empresas de pequena dimensão que dêem lugar à criação do próprio emprego e de postos de trabalho para pessoas desempregadas ou em risco de desemprego, em especial das pessoas em risco de exclusão ▫ Desenvolver o microcrédito como factor de integração sócio-profissional e de promoção da auto-estima de grupos sociais desfavorecidos ▫ Contribuir para a dinamização das economias locais, mediante a realização de investimentos de pequena dimensão e atenuando os desequilíbrios verificados nos mercados regionais de trabalho ▫ Apoiar a transição para o mercado de trabalho	<ul style="list-style-type: none">▫ Apoio a iniciativas empresarias de base local ▫ Apoio à transição para a vida activa ▫ Apoios ao emprego



PROGRAMA OPERACIONAL TEMÁTICO POTENCIAL HUMANO

EIXO VI - CIDADANIA, INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Objectivos	Tipologias de Intervenção
<ul style="list-style-type: none">▫ Criação de políticas de apoio Inserção social e profissional de pessoas em situação de desfavorecimento. ▫ Promoção de uma cidadania mais activa e alargada	<ul style="list-style-type: none">▫ Combate à pobreza e inclusão social, através sobretudo de contratos de desenvolvimento social; ▫ Educação para a cidadania ▫ Apoios à integração plena dos imigrantes; ▫ Apoios ao desenvolvimento pessoal, qualificação e integração profissional l das pessoas com deficiência ou incapacidade



PROGRAMA OPERACIONAL TEMÁTICO POTENCIAL HUMANO

EIXO VII - IGUALDADE DE GÉNERO

Objectivos	Tipologias de Intervenção
<ul style="list-style-type: none">▫ Aumentar a eficiência dos instrumentos de política pública na promoção da igualdade de género e do seu sistema de governação▫ Reforçar o papel da Sociedade Civil como agente estruturante para a Igualdade de Género▫ Difundir os valores da igualdade de género através da educação e informação▫ Promover a igualdade de oportunidades no acesso e na participação no mercado de trabalho, assumindo a prioridade de combater a segregação horizontal e vertical do mercado de trabalho e a desigualdade salarial▫ Promover a conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal▫ Prevenir a violência de género, incluindo a violência doméstica e o tráfico de seres humanos	<ul style="list-style-type: none">▫ Apoio à mudança organizacional▫ Formação específica▫ Acções de informação e divulgação▫ Medidas de combate à discriminação



PROGRAMA OPERACIONAL TEMÁTICO POTENCIAL HUMANO

EIXO VIII - ALGARVE EIXO IX - LISBOA

Objectivos	Tipologias de Intervenção
<p>▫ Assume, de forma genérica, os objectivos definidos nos Eixos anteriores, concentrando-se, contudo, nas linhas de intervenção que atendem fenómenos de incidência regional.</p>	<ul style="list-style-type: none">▫ Qualificação Inicial;▫ Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida;▫ Gestão e Aperfeiçoamento Profissional;▫ Cidadania, Inclusão e Desenvolvimento Social;▫ Intervenções Específicas para a Promoção da Igualdade de Género;▫ Intervenções no âmbito da Assistência Técnica ao Programa Operacional relativas às regiões do Algarve e Lisboa.



PROGRAMA OPERACIONAL TEMÁTICO POTENCIAL HUMANO

EIXO X - ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Este Eixo destina-se a suportar um conjunto de actividades associadas à gestão, acompanhamento e controlo interno, avaliação e informação do Programa Operacional do Potencial Humano relativas às regiões do Objectivo Convergência

Objectivos	Tipologias de Intervenção
<ul style="list-style-type: none">▫ Dinamizar, gerir, divulgar e implementar de forma eficaz e eficiente o Programa Operacional ▫ Promover o desenvolvimento de estratégias inovadoras e cooperação transnacional, com vista á promoção da eficácia das políticas de emprego e formação	<ul style="list-style-type: none">▫ Apoio à instalação e funcionamento das estruturas de apoios técnico à gestão e acompanhamento do Programa. ▫ Apoio ao desenvolvimento de acções de informação, divulgação e promoção do Programa. ▫ Apoio ao desenvolvimento de estudos de avaliação do Programa Operacional. ▫ Apoio ao desenvolvimento/adaptação e manutenção dos módulos do si Sistema Integrado de Informação do FSE

Para mais informações: www.qren.pt
Resumo técnico da responsabilidade de: PME-Portugal
Unid. de Iniciativas e Projectos
Lurdes Mota Campos